

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 06 DE MARÇO DE 1997, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR - BELO HORIZONTE.

Aos seis dias do mês de março de mil, novecentos e noventa e sete, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:50 horas, a Secretária Geral do Conselho, Carminha Bomtempo, abre os trabalhos fazendo a leitura da seguinte pauta: 1 discussão sobre a Campanha Nacional em Defesa do SUS; 2 - Discussão dos projetos que serão incluídos no REFORSUS; 3 - Processo de contratação para prestação de serviços da rede privada e filantrópica; 4 - Informes. No primeiro ponto da pauta, Carminha, inicia a discussão da Campanha Nacional em Defesa do SUS, propondo que sejam discutidos o Ato Estadual (organização) e o Ato Nacional (a participação do Conselho). Informa que a Coordenação Nacional do movimento tem representação do Conselho e no relatório da reunião realizada em Brasília no dia 04/02/97, cuja cópia foi distribuída a todos os conselheiros, o conselheiro Paulo César Machado, consta como representante do Conselho. Esclarece que foi feita uma discussão da mesa diretora com o conselheiro Paulo César, ficando acertado que se proporia ao plenário do Conselho os nomes do seu presidente, Athos de Carvalho, como representante efetivo na coordenação e do conselheiro Paulo César, como suplente. Carminha, propõe que os conselheiros apresentem sugestões sobre atividades que possam ser desenvolvidas no Ato Estadual e informa que a mesa diretora está propondo que no dia 07 de abril, seja realizada uma plenária metropolitana da saúde, marcando o Dia Nacional de Luta. Faz também proposta de que seja formada uma comissão que encaminhe o ato. O conselheiro Paulo César, comenta o fechamento de hospitais em diversas localidades, defendendo o movimento nacional SOS-SUS e informa que a coordenação do movimento está tentando de diversas formas barrar o envio ao Congresso da proposta do governo de reforma da saúde até que, pelo menos, o Conselho Nacional de Saúde possa discutir a questão. Propõe que se crie uma Comissão permanente de mobilização e que se estabeleça uma agenda de contatos preferenciais no sentido de buscar aliados internos e externos. Definindo como internos, os conselhos distritais, secretarias municipais de cultura e meio ambiente e a SLU, que têm vínculo direto com a saúde. Como aliados externos, cita os movimentos de mulheres, negros, sem-terra e sindical, imprensa, igreja, comunidade científica, etc. Propõe que nessa agenda o Conselho Municipal de Saúde busque que esses setores se pronunciem, inclusive, que o provedor da Santa Casa seja procurado, pois se comprometeu, na reunião anterior, a apoiar a luta. Para o dia 07 de abril, propõe ato público que seja planejado para um número de pessoas que, no seu entendimento, pode chegar no mínimo a 10 mil pessoas. Propõe também que sejam feitas carreatas nos distritos divulgando a campanha. O conselheiro João Athayde, faz análise da conjuntura, comentando atuação da mídia, o papel do Estado, o

42 aumento da demanda, pela saúde pública relacionada, na sua opinião, à política
43 econômica concentradora da renda. A conselheira Simone, comenta reportagem,
44 segundo a qual, o dinheiro da CPMF seria utilizado na agricultura e propõe que o
45 Conselho procure apurar a veracidade da notícia e que, se confirmada, faça a denúncia
46 desse desvio. O conselheiro Bonifácio, apoia a proposta de Comissão permanente de
47 mobilização e critica setores que falam em defender o SUS, mas na prática, fazem o
48 contrário. Propõe que a divulgação do ato do dia 07/04/97 seja feita nas filas dos
49 ambulatórios em todos os distritos e que sejam negociados ônibus especiais para o
50 transporte das pessoas que participarão do Ato. A participante Maria de Lourdes, do
51 Conselho Distrital Norte fala que mais importante que o Ato é divulgar a luta junto à
52 população. Propõe que seja promovido um fórum de conselheiros distritais, onde se
53 tiraria uma ação que, na sua opinião, poderia incluir uma caminhada nos bairros e um
54 dia de mobilização anterior ao ato. Carminha, propõe que a Comissão que será formada
55 na presente reunião vá em cada distrito mobilizar os conselheiros distritais. O
56 conselheiro Geraldo Mossem, reitera a proposta da Maria de Lourdes e acrescenta que
57 seja feita a divulgação no Jornal do Ônibus. Se inscreve como participante da Comissão.
58 A conselheira Geralda Margarida, propõe como parte da mobilização, a realização de
59 um seminário regional com a participação de conselheiros distritais e de comissões
60 locais para que as pessoas tenham acesso a mais informações sobre o SUS. O
61 conselheiro Carlos Epifânio, critica o fato de o SUS não permitir complementação que,
62 segundo diz, é paga espontaneamente pelos usuários, a quem na sua opinião, é negado o
63 que considera direito de ter o tratamento pago pelo SUS, mesmo tendo se internado
64 como particular. Carminha, faz a leitura das propostas apresentadas: -Formar comissão
65 permanente de mobilização; - fazer agenda política para buscar apoios; - promover ato
66 público de protesto no dia 07/04/97, convocando a região metropolitana; - propor aos
67 conselhos da região metropolitana que promovam antes do dia 07/04/97, manifestações
68 em suas cidades; - Reunir com os conselhos distritais e propor caminhada; - fazer
69 divulgação no Jornal do Ônibus; - Apurar denúncia de utilização dos recursos da CPMF
70 na agricultura e, se confirmada, divulgar durante a programação do dia nacional de luta.
71 A seguir, é formada a comissão permanente de mobilização que ficou composta pelos
72 conselheiros, Geraldo Mossem, Carminha Bomtempo, Paulo César, Geralda Margarida,
73 Simone Dutra e Alcides, contando também, com Maria de Lourdes, do Conselho
74 Distrital Norte e um representante da Secretaria, tendo sido sugerido o nome da chefe de
75 gabinete, Maria José Antunes. No ponto seguinte da pauta, discussão dos projetos que
76 poderão ser incluídos no REFORSUS, o Secretário Municipal de Saúde e presidente do
77 Conselho, Dr. Athos de Carvalho, faz breve exposição sobre o REFORSUS, explicando
78 tratar-se de um programa de financiamento do Banco Interamericano de
79 Desenvolvimento (BIRD), que inicialmente previa recursos de R\$ 650 milhões para o
80 Ministério da Saúde distribuir entre todos os estados. Diz que as negociações com o
81 BIRD vinham se desenrolando desde 1995, mas por problemas dentro do governo
82 houve atraso na liberação dos recursos. Ainda em 1995, a Secretaria Estadual de Saúde,
83 orientou os municípios para que encaminhassem projetos de conclusão de obras ou

84 reforma e aquisição de equipamentos, que poderiam ser incluídos no programa. Coloca
85 que alguns projetos de Belo Horizonte estavam sendo encaminhados pelo governo do
86 estado, citando o término das obras do Pronto Socorro de Venda Nova e investimento
87 em unidades da FHEMIG. Os projetos foram encaminhados pela Secretaria Estadual ao
88 Ministério da Saúde, sem consultar os municípios, sendo devolvidos para que esse
89 procedimento ocorresse. Com o decorrer do tempo, vários projetos foram executados
90 com recursos de outras fontes. Havendo agora a proposta de liberação de R\$ 37 milhões
91 para Minas Gerais, houve acordo entre a Secretaria Estadual e o COSEMS (Colegiado
92 de Secretários Municipais de Saúde) para que outros projetos de interesse dos
93 municípios fossem incluídos, dentro de alguns critérios, uns excludentes e outros de
94 prioridade, que seriam definidos pela Comissão Intergestores Bipartite Estadual (CIB).
95 Algumas exclusões entretanto, já estavam definidas como, por exemplo, o município
96 não habilitado em qualquer forma de gestão e aquele que tivesse recebido recursos
97 adicionais de outras fontes. Há cerca de 10 (dez) dias foi dado aos gestores um prazo
98 limite para apresentação dos projetos visando a obtenção de recursos do REFORSUS.
99 Devido a impossibilidade de convocar o Conselho extraordinariamente para discutir os
100 projetos, dada a premência do tempo, a mesa diretora decidiu aprovar ad referendum do
101 plenário uma relação de projetos apresentados, pela Secretaria. Dr. Athos, faz a leitura
102 da relação, justificando a inclusão de cada um dos projetos. A relação apresentada é a
103 seguinte: 1 - Atenção da urgência/emergência - projeto resgate; 2 - Otimização e
104 ativação dos laboratórios dos distritos sanitários noroeste, leste e nordeste; 3 - Concluir
105 o CERSAT (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador); 4 - UAPU Venda Nova; 5
106 - Farmácia Distrital, serviço de zoonoses da região Centro-Sul; 6 - Centro de Saúde Alto
107 Vera Cruz no Distrito Sanitário Leste; 7 - Atendimento a AIDS hospital-dia; 8 -
108 Hospital Odilon Behrens - ampliação da assistência nas unidades de emergência,
109 unidade materno infantil e hospital-dia; 9 - Municipalização da oxigenoterapia
110 domiciliar. A seguir, informa que o REFORSUS beneficiará também os hospitais
111 filantrópicos e os hospitais da Baleia, Santa Casa e São José apresentaram projetos. Em
112 relação aos valores, Dr. Athos esclarece que os projetos estão orçados em cerca de R\$
113 4.286.771,06 (quatro milhões, duzentos e oitenta e seis mil, setecentos e setenta e um
114 reais e seis centavos), não incluindo o valor da oxigenoterapia domiciliar. Esclarece
115 ainda que o total de recursos que serão destinados ao Estado de Minas Gerais inteiro
116 está em torno de R\$ 37 milhões, dos quais a Secretaria Estadual já tem definido que R\$
117 10 milhões irão para a conclusão do Pronto Socorro de Venda Nova e R\$ 4,6 milhões
118 para os hospitais da FHEMIG, restando em torno de R\$ 23 milhões para todo o estado,
119 estando excluídos apenas os municípios não habilitados da possibilidade de pleitear
120 recursos do REFORSUS. Dr. Athos, fala que, segundo informações da Diretoria
121 Metropolitana de Saúde, foram encaminhados até a data limite, 28/02, trinta e oito
122 projetos totalizando R\$ 39 milhões, valor bem superior aos R\$ 23 milhões disponíveis.
123 Aberta a palavra ao plenário, a conselheira Simone, solicita esclarecimento ao Dr.
124 Athos, sobre se poderia incluir-se serviço que não tem na rede, com projeto em fase de
125 elaboração. Cita como exemplo a deficiência na rede oficial de atendimento a casos de

126 pessoas com fendas palatais e projeto que já está sendo elaborado no sentido de
127 institucionalizar um programa que está em desenvolvimento na faculdade de
128 odontologia e hospital da Baleia no atendimento a esses casos. Dr. Athos, esclarece que
129 o prazo para apresentação de novos projetos já se encerrou, não havendo portanto
130 possibilidade de incluir o programa mencionado. O participante Marco Aurélio, médico
131 do hospital São José e hospital João XXIII, apresenta em nome do hospital São José
132 proposta de inclusão no REFORSUS de projetos daquele hospital que contemplam o
133 CTI pediátrico e de adulto e o pronto atendimento. O conselheiro Jader, fala da
134 importância do REFORSUS, mas coloca que na sua opinião, o BIRD tenta definir um
135 modelo assistencial ao priorizar o programa médico de família para liberação dos
136 recursos. Critica também o fato de o REFORSUS não estar sendo discutido nos
137 Conselhos e comenta que o Conselho Estadual de Saúde recusou-se a simplesmente
138 referendar a destinação dos recursos para o Pronto Socorro Venda Nova e rede
139 FHEMIG, exigindo que seja feita uma discussão mais profunda dos projetos. Defende
140 que todos os conselheiros tenham acesso às normas do REFORSUS e acrescenta que,
141 considerando os valores já destinados ao PSVN e rede FHEMIG e mais 20% que irão
142 para os hospitais filantrópicos são na realidade de apenas R\$ 15 milhões os recursos que
143 restam para o estado. Propõe que sejam listados todos os projetos de Belo Horizonte e
144 definidos os prioritários, já que naturalmente não serão incluídos todos. Propõe também
145 que seja discutida uma forma de mobilização para incluir os projetos que estão em
146 discussão e que seja encaminhada ao Conselho Estadual de Saúde solicitação de que
147 nada referente a Belo Horizonte seja aprovado sem antes ter passado pelo Conselho
148 Municipal de Saúde. A conselheira Rosalina, pergunta como será feito o controle dos
149 recursos do REFORSUS e se os projetos serão pagos diretamente ou repassados ao
150 Fundo Municipal de Saúde. Defende que o Conselho priorize a oxigenoterapia
151 domiciliar e pergunta ao Dr. Athos se a proposta da Secretaria para esse projeto prevê a
152 aquisição de concentradores de oxigênio ou contrato para fornecimento pelas empresas
153 que atuam nessa área. O conselheiro Antônio Francisco, pergunta se existe proposta de
154 reforço na área de recursos humanos, já que se está propondo obras de ampliação dos
155 serviços e critica o fato de, na sua opinião, estarem sobrecarregando os trabalhadores da
156 saúde ao ampliar as unidades sem garantir os recursos humanos necessários.
157 Respondendo às questões colocadas, Dr. Athos, explica novamente os motivos da
158 decisão ad referendum e esclarece que os recursos não virão para o FMS sendo pagos
159 diretamente. Serão adquiridos concentradores de oxigênio que são equipamentos. Sobre
160 os recursos humanos, fala que estes virão à medida que o prefeito autorizar o concurso
161 público e outros estão sendo contratados administrativamente dentro dos limites da lei.
162 A conselheira distrital Norte, Maria de Lourdes, fala das carências da região Norte e da
163 não inclusão daquela região no REFORSUS. Propõe que o Conselho discuta as
164 prioridades para intervenção da Secretaria em todas as áreas. A conselheira Maria
165 Josefina, fala da unidade 24 horas do Santa Terezinha e coloca que os funcionários da
166 região da Pampulha estão estressados pelo excesso de demanda e questiona que essa
167 unidade não tenha sido contemplada nos projetos apresentados. Fala que já existem

168 goteiras provocando estragos nos equipamentos da unidade e faltam outros
169 equipamentos. Diz saber que haverá justificativa pela falta de recursos humanos para
170 abrir a unidade, mas entende que se ela fosse colocada em condições de funcionar já
171 seria importante. A diretora de planejamento e regulação da Secretaria, Dr.^a Carmem
172 Lúcia, presta alguns esclarecimentos complementando as informações sobre o
173 REFORSUS e informa que os projetos de Belo Horizonte irão concorrer na CIB
174 regional com todos os que chegarem dos municípios da região metropolitana. Sugere
175 que os projetos sejam encaminhados por ordem de prioridade. O conselheiro
176 Boaventura, critica o que considera ser uma possibilidade de fraudes contra o SUS e a
177 falta de participação dos Conselhos no processo. Dr. Athos, responde às questões
178 colocadas esclarecendo que está tomando providências no sentido de suprir as
179 necessidades de recursos humanos para abertura das unidades 24 horas ainda não
180 abertas. Carminha, coloca o seu entendimento de que é consenso do plenário referendar
181 os projetos. Lê as outras propostas apresentadas: - Listar as prioridades; - Encaminhar
182 ao CES solicitação de que nada sobre saúde em Belo Horizonte seja aprovado sem antes
183 passar pelo Conselho Municipal de Saúde; - discutir forma de mobilização para que os
184 projetos de Belo Horizonte sejam incluídos no REFORSUS; - que a Secretaria seja
185 convocada a apresentar todos os seus projetos ao Conselho, ou o plano municipal de
186 saúde para que sejam definidos os prioritários. O conselheiro Jader, propõe que o
187 conselheiro Lauro, faça uma apresentação do projeto do hospital da Baleia. Lauro,
188 explica que o projeto prevê a ampliação do centro cirúrgico do hospital e informa que o
189 agendamento para cirurgia ortopédica na Baleia hoje é de treze meses e o prazo para
190 cirurgia de fenda palatina é de nove meses. O objetivo do hospital é reduzir os prazos
191 para trinta dias, no máximo. Dr. Athos, anuncia a presença da Superintendente do
192 hospital Odilon Behrens, Dr.^a Maria Luiza e seu adjunto, Dr. Gilberto, especialmente
193 convidados para comparecerem à presente reunião. Solicita que a Dr.^a Maria Luiza fale
194 sobre o projeto do HOB incluído no REFORSUS. Ela informa que o projeto consta de
195 três prioridades fundamentais: o CTI, o hospital-dia e o bloco cirúrgico da urgência. Na
196 seqüência a Dr.^a Carmem Lúcia, fala que são dez os critérios para aceitação dos
197 projetos, dentre estes cita a abrangência do projeto, a desconcentração de demanda,
198 atendimento da urgência/emergência, atendimento materno-infantil, não ter recebido
199 nenhum outro recurso de financiamento no mesmo valor solicitado, ampliação ou
200 termino de obras, ser referendado pelo Secretário Municipal. Esclarece que o valor
201 mínimo é R\$ 50 mil e o valor máximo e de R\$ 350 mil, podendo esse valor máximo ser
202 ultrapassado, cabendo nesse caso ao Ministério da Saúde, dar o parecer final. Carminha,
203 abre para propostas de encaminhamento. O conselheiro Paulo César, propõe que todos
204 os projetos sejam encaminhados. A conselheira Simone, propõe que se defina as
205 prioridades em cima das deliberações da Conferência e das discussões que vêm sendo
206 feitas no Conselho e sugere que seja feita a votação por item, listando pela ordem a
207 partir do mais votado. Carminha, lê proposta de que cada projeto seja numerado
208 conforme foram apresentados e priorizados conforme o número. Esclarece que todos os
209 projetos estão referendados restando estabelecer a ordem de prioridade. O conselheiro

210 João Athayde, propõe que os projetos sejam aprovados em conjunto. Dr.^a Carmem
211 Lúcia, presta novos esclarecimentos e coloca que ordenar as prioridades facilitará a
212 inclusão de pelo menos, alguns dos projetos de Belo Horizonte. Carminha completa os
213 esclarecimentos, informando que são 09 (nove) os projetos a serem priorizados e
214 consulta o plenário sobre o referendun ao projeto do hospital da Baleia, que não
215 concorre com os da Secretaria Municipal de Saúde. Após discussão das diversas
216 propostas de encaminhamento, foi definido que cada conselheiro deverá ordenar na lista
217 que todos receberam, os projetos que priorizar, entregando a lista à mesa que fará a
218 apuração definindo a ordem de prioridade. A seguir, enquanto é feita a apuração,
219 Carminha, passa ao ponto seguinte da pauta: Processo de contratação para prestação de
220 serviços da rede privada e filantrópica. Esclarece que houve solicitação da Secretaria
221 para o adiantamento dessa discussão, mas solicita ao Coordenador da CTFCA, Jader
222 Campomizzi, que introduza o tema para que o plenário tome conhecimento da questão.
223 Jader, fala que a Câmara Técnica entende que esse é o assunto mais importante no
224 âmbito da saúde em Belo Horizonte, porque não existe nenhum contrato entre o gestor
225 do Sistema Único de Saúde e os prestadores de serviços de saúde na cidade. Diz que o
226 edital foi elaborado e apresentado na reunião da Câmara Técnica por um técnico da
227 Secretaria, Dr. Marcelo Cizenando. Informa que dia 07 de março encerra-se a
228 apresentação das propostas e os representantes do setor privado e filantrópico têm
229 críticas ao edital embora defendam a regulamentação. Jader, esclarece que o edital já
230 teve um prazo até dezembro esgotado sem que os prestadores se apresentassem para
231 assinar os contratos e, na sua opinião, o novo prazo que irá se esgotar no dia 17/03/97
232 terá que ser prorrogado. Carminha, propõe fazer ofício à SMSA, solicitando que
233 encaminhe antes dessa data, o edital para apreciação e discussão dos conselheiros,
234 comunicando que o Conselho não aceitará que novo edital seja publicado sem ser
235 submetido ao plenário. Por consenso do plenário é aprovada também proposta de
236 encaminhar ofício ao Prefeito comunicando que a discussão do edital será pautada para
237 a reunião ordinária de abril. No último ponto da pauta, informes: Carminha, justifica a
238 ausência dos conselheiros Heloísa e Rose Mary. Informa sobre a chegada a Belo
239 Horizonte dos trabalhadores sem-terra. Informa que foi marcada pela mesa diretora
240 reunião extraordinária do CMS para o dia 20/03, quando será discutida a questão de
241 recursos humanos e a prestação de contas da Secretaria. Lê ofício encaminhado ao
242 Secretário, solicitando a apresentação da prestação de contas e do relatório de gestão
243 referentes ao ano de 1996. Coloca que a mesa decidiu também, que a cada reunião do
244 CMS será convidado um Conselho Distrital com todos os seus membros para apresentar
245 o trabalho que vêm desenvolvendo. Anuncia que o primeiro Conselho Distrital a ser
246 convocado será o da Pampulha. Por reivindicação de conselheiros distritais da regional
247 Norte presentes e com a concordância dos representantes da Pampulha, definiu-se que o
248 Conselho Distrital Norte será o convocado na próxima reunião. A mesa decidiu que
249 também as Câmaras Técnicas e Comissões do Conselho Municipal de Saúde serão
250 convocadas a passar informações de suas atividades em todas as reuniões. Informa sobre
251 a audiência com o Prefeito, realizada na segunda feira (03/03) com a presença de

252 dezenove conselheiros, cuja pauta constou de quatro pontos prioritários: Anteprojeto de
253 lei que muda a composição do Conselho; - PRÓ-SUS; - municipalização do hospital
254 Júlia Kubstichek; - Orçamento Participativo da Saúde. Outras questões foram colocadas
255 pelos conselheiros presentes, todas respondidas pelo Prefeito. Diz, que na questão do
256 PRÓ-SUS o prefeito informou sobre uma comissão que irá estudar a viabilidade
257 financeira do projeto. Foi definido que o Conselho teria participação de um membro da
258 CTFCA nesta Comissão e por reivindicação da CTRH está sendo solicitada a inclusão
259 de mais um conselheiro. Carminha, informa que foram indicados os conselheiros Jader
260 Campomizzi, pela CTFCA e Maria Cristina Batista pela CTRH. Submete os nomes ao
261 plenário que os aprova por consenso. Informa que haverá um seminário do PROCON no
262 SEBRAE no dia 11/03 para o qual foram indicados os conselheiros Leda de Souza e
263 Antônio Gomes para representar o Conselho. Os nomes foram referendados por
264 consenso do plenário. A seguir, Carminha lê parecer da Câmara Técnica de Recursos
265 Humanos, sobre a criação de creches para os filhos dos servidores. O parecer recomenda
266 a aprovação de uma moção a ser encaminhada às autoridades municipais apoiando a
267 reivindicação dos servidores. O parecer é aprovado por consenso do plenário. O
268 conselheiro José Osvaldo, propõe que a moção seja encaminhada também ao
269 SINDIBEL, no sentido de aquele sindicato encampar a luta dos servidores municipais
270 pela creche. Carminha, informa sobre o primeiro seminário sobre saúde do trabalhador,
271 convocado pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) que será realizado de 21 a
272 23/03 em Belo Horizonte, com a inscrição no valor de R\$ 5,00. Propõe que os
273 conselheiros que se interessarem em participar deixem os nomes na Secretaria
274 Executiva para serem inscritos. Carminha, lê documento do Conselho Distrital Venda
275 Nova, encaminhando correspondência do grupo de gerentes da região e da gerente do
276 Centro de Saúde Jardim Leblon, sobre denúncia apresentada em reunião anterior pelo
277 conselheiro Wellington de Assis a respeito da verba de pronto-pagamento recebida
278 pelas unidades de saúde. O conselheiro Wellington, presta esclarecimentos sobre o fato,
279 entrega sua justificativa escrita solicitando que seja lida pela mesa. Questiona a
280 repercussão da denúncia e conclama os usuários a se unirem da mesma forma que, na
281 sua opinião, houve a união dos gerentes da região nesse caso. Carminha, sugere que
282 cópias do documento sejam encaminhadas a todos os conselheiros ao invés de se fazer a
283 leitura na presente reunião. A conselheira Laraene e o conselheiro Ronaldo, defendem
284 que o documento seja lido, o que foi feito pela Secretária Geral. Solicitada pelo
285 plenário, a conselheira Warlene, presta esclarecimentos sobre o que é a verba de pronto-
286 pagamento. O conselheiro Jader, coordenador da CTFCA, convoca os membros da CT
287 para reunião na terça-feira dia 11/03. Informa sobre denúncias feitas pelo COSEMS
288 (Colegiado de Secretários Municipais de Saúde) contra a Secretaria Estadual junto ao
289 Ministério Público e solicitou auditoria do Ministério da Saúde na SES. Faz proposta
290 de moção a ser encaminhada ao Conselho Estadual de Saúde, repudiando os fatos
291 denunciados e exigindo imediata apuração e punição dos responsáveis. Carminha,
292 solicita que o conselheiro apresente a moção escrita. O conselheiro Antônio Gomes,
293 questiona se haverá continuidade do Orçamento Participativo. Faz elogios a Clínica

BELO HORIZONTE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

294 Nossa Senhora da Conceição, entidade filantrópica mantida pela igreja, onde está
295 internado seu filho. O conselheiro José Osvaldo, passa informes da Câmara Técnica de
296 Comunicação, da qual é o coordenador. O conselheiro Boaventura, faz denúncia sobre
297 mudanças de carga horária que, segundo diz, foram impostas aos trabalhadores do
298 hospital da Baleia. O conselheiro Luiz Eduardo, passa informes sobre as próximas
299 eleições para a direção do COSEMS, denunciando manipulações políticas no processo e
300 propõe que o Conselho se informe sobre o posicionamento da Secretaria nessa questão.
301 Propõe também que as duas chapas que concorrem às eleições no COSEMS, sejam
302 convidadas a discutir com o Conselho. A conselheira Warlene, passa informes da
303 Câmara Técnica de Recursos Humanos e propõe que seja encaminhado documento à
304 CTFCA, solicitando esclarecimentos sobre os recursos destinados ao PRÓ-SUS que não
305 foram gastos. Carminha, fala que o documento será encaminhado. O conselheiro, João
306 Athayde, fala dos 75 anos do PC do B, comemorados este mês e convida os
307 conselheiros para ciclo de debates que será realizado no Centro Cultural da UFMG
308 sobre temas da atualidade. O conselheiro Paulo César, pede que fique registrada uma
309 menção especial ao Dia Internacional da Mulher, que será comemorado no sábado dia
310 08/03. Carminha informa sobre atividades que irão marcar a data em Belo Horizonte. A
311 seguir, é feita a leitura da relação de prioridades eleitas para receber recursos do
312 REFORSUS. Houve empate entre dois projetos, indicados como prioridade 1. Na
313 votação para desempate, a atenção urgência/emergência - resgate, recebeu 10 (dez)
314 votos e o HOB, recebeu 06 (seis) votos, havendo 01 (uma) abstenção. Empataram
315 também os projetos referentes ao UAPU Venda Nova e Zoonoses. Por 09 (nove) votos a
316 06 (seis) venceu o UAPU Venda Nova. A ordem dos projetos prioritários é a seguinte: 1
317 - Resgate, 2 - HOB; 3 - Atendimento à AIDS; 4 - CERSAT; 5 - UAPU Venda Nova; 6 -
318 Oxigenoterapia domiciliar; 7 - Centro de Saúde Alto Vera Cruz; 8 - Laboratórios
319 distritais; 9 - Zoonoses. O projeto do hospital da Baleia ficou também referendado. Às
320 18:00 horas, nada havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual foi lavrada a presente
321 ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente do Conselho e pela
322 Secretária Geral.

323

324 Belo Horizonte, 06 de março de 1997.

325

326

327

328

329

330 RFF/vld

331